

Título: O “produto” ecoturístico.

Autor: Célia Maria de Toledo Serrano.

Este material foi adaptado pelo Laboratório de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em conformidade com a Lei 9.610 de 19/02/1998, não podendo ser reproduzido, modificado e utilizado com fins comerciais.

Adaptado por: Thiago Augusto.

Revisado por: Maria Aparecida.

Adaptado em: novembro de 2025.

Padrão vigente a partir de março de 2022.

Referência: SERRANO, Célia Maria de Toledo. O “produto” ecoturístico. *In*: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo**: como aprender, como ensinar II. 3. ed. São Paulo: Senac, 2004. p. 203-234.

O “PRODUTO” ECOTURÍSTICO

CÉLIA MARIA DE TOLEDO SERRANO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ecoturismo vem sendo anunciado pelas estatísticas como o segmento do turismo que tem apresentado maiores índices de crescimento. Tem sido também apontado como uma alternativa econômica para regiões onde atividades produtivas tradicionais (agricultura, pecuária, pesca, extrativismo) não mais proporcionam — independentemente das razões para este fato — condições de sobrevivência para suas populações. Em relação ao ambiente natural, e em especial no caso das unidades de conservação (parques, reservas, etc.), o ecoturismo é identificado como uma ferramenta para a conservação. Da perspectiva de seus praticantes, tem representado uma oportunidade de fuga dos grandes centros urbanos, seja facilitando o contato inusitado com a natureza selvagem, "intocada", seja permitindo a descoberta de "culturas exóticas", seja ainda possibilitando o teste dos limites físicos e emocionais por meio dos "esportes radicais". No entanto, na mesma proporção dos aludidos benefícios econômicos, sociais, culturais e lúdicos por ele proporcionados, surgem críticas tanto às limitações de seus benefícios aos locais visitados (incluindo-se aí comunidades e ambiente natural) quanto aos sentidos que perpassam a experiência do visitante (mais um produto de consumo, absorvido como outra mercadoria destituída de valor especial?).

Em proporções e sentidos distintos, tais afirmações procedem, mas requerem

certa contextualização para que se possa realizar uma análise mais aprofundada — que vá além da adesão acrítica ou da recusa preconceituosa — sobre os limites e possibilidades do ecoturismo. Assim, este texto procurará apontar os muitos nexos existentes entre o mercado, o ambientalismo, a sociedade de consumo e o crescimento das atividades de lazer na natureza, que dão suporte à origem e à expansão do ecoturismo. Dessa maneira, estará recuperando as principais interpretações sobre essa atividade, e produzindo uma avaliação crítica das mesmas. Pela bibliografia citada diretamente no texto e também por aquela sugerida ao seu final estaremos indicando "entradas" para que o leitor possa construir um roteiro para aprofundamento dos tópicos aqui trabalhados, de modo que contemple seus interesses particulares e contribua para uma melhor compreensão das questões identificadas acima e, quem sabe, para um desenvolvimento mais satisfatório das ações dos empreendedores do setor.

O primeiro passo para a compreensão da complexidade inerente ao ecoturismo é sua interpretação como um fenômeno sociocultural — isto é, como resultado de criações e necessidades de uma sociedade em determinado momento histórico, as quais por sua vez influem nessa mesma sociedade — que, dessa maneira, não somente envolve o mercado e os desdobramentos econômicos dele derivados, mas ainda vem antes e vai além deste. Partindo desse pressuposto, é possível identificar um universo sociocultural, imaginário, político e também mercadológico envolvendo tal atividade. Destacar essa característica complexa do ecoturismo é uma necessidade decorrente da grande visibilidade atingida atualmente pelo turismo em geral, e pelo ecoturismo em especial, por sua importância em termos econômicos. Tal visibilidade de um dos seus aspectos, e em se tratando particularmente do econômico, tem obscurecido outros dos elementos que constituem as práticas sociais de apropriação da natureza por meio das viagens.

É preciso apontar ainda a diversidade de práticas desenvolvidas sob o nome de ecoturismo, da mesma forma como a multiplicidade de conceitos também identificados por esse termo. Além disso, há que se mencionar a relação que se busca estabelecer recorrentemente entre essa atividade e outro conceito igualmente complexo e polêmico, o turismo sustentável.

Essas e outras dificuldades que se colocam para a análise do ecoturismo — especialmente no caso do Brasil — derivam do fato de ser ele um fenômeno recente em grande escala, da existência de pouca pesquisa empírica que avance além da avaliação da oferta de atrativos e serviços ou, nos casos em que se apresentam estudos mais abrangentes e/ou aprofundados, da impossibilidade de se precisar por meio deles os benefícios e problemas econômicos especificamente derivados da atividade. É

igualmente complicado apontar os impactos particulares da atividade sobre os ambientes naturais, dadas as limitações do conhecimento sobre tais ambientes e a possibilidade de se isolar apenas uma variável (a ação antrópica) sobre os mesmos; assim como avaliar a transformação de culturas locais pela presença de visitantes — se considerarmos a penetração implacável dos meios de comunicação de massa em quase todos os recantos do planeta. Pelo lado da experiência do visitante, a dificuldade recai também na inexistência de pesquisas, além do agravante adicional colocado pelo aspecto subjetivo — e por isso mesmo dificilmente mensurável — da mesma. Já a discussão sobre a sustentabilidade do ecoturismo questiona as possibilidades da realização de uma atividade potencialmente sustentável localizada num contexto insustentável (o do sistema capitalista), e da viabilidade de se desenvolver práticas educativas em atos de consumo.

Ainda sobre essa (im)possível sustentabilidade, é apontado por muitos de seus analistas o caráter "neocolonialista" guardado pelas viagens dirigidas do Primeiro ao Terceiro Mundo — dentro da lógica da dependência econômica e das relações centro — periferia do capitalismo internacional (o mesmo se repetindo internamente em alguns países, entre as regiões mais e menos desenvolvidas, estas em geral constituindo os destinos do ecoturismo) —, caráter que não vem se alterando com as supostas relações de integração do processo de globalização, que dessa ótica representaria apenas um refinamento das antigas práticas de dominação. Neocolonialismo que envolveria, além da dominação/dependência econômica, também manipulação/descaracterização cultural ao tratar artefatos e tradições culturais como elementos separados do contexto de sua produção, transformando-os em mercadorias de consumo; e, ainda, faria da conservação ambiental necessária ao ecoturismo uma prisão para populações tradicionais, ao colocá-la à frente de tradições e estratégias comunitárias de sobrevivência que lidam com a apropriação de certos recursos agora tidos como essenciais à sobrevivência de espécies e ecossistemas. [\[nota 1\]](#)

Diante desse quadro, e na tentativa de contribuir para o aprofundamento dos debates sobre o ecoturismo, este texto pretende analisá-lo da perspectiva de seu "produto", em um duplo sentido: através da abordagem do objeto das trocas no mercado e do resultado da atividade ecoturística. Para tornar mais clara essa intenção, é preciso considerar que a idéia de produto turístico traduz-se por sua assimilação ao somatório de atrativos (naturais e/ou culturais) e serviços, cuja representação clás-

sica seria o "pacote". Além de atrativos e serviços, os pacotes de viagem também cristalizam, de um ponto de vista imaginário, toda a carga subjetiva que institui a viagem como prática de lazer, momento de evasão e de reconstituição física e mental, além de projetar o status social dos indivíduos que os consomem. O mercado turístico, então, "empacota" lugares e seus atrativos e serviços, além da subjetividade, utilizando-a, juntamente com o ambiente, como matéria-prima para a produção de mais uma mercadoria.

Por outra parte, como mencionado anteriormente, ao ecoturismo são também associadas as idéias de conservação ambiental, participação comunitária, benefícios econômicos locais e educação ambiental. Neste último caso, a partir da crença no potencial transformador do contato com a natureza, é esperado que, por estratégias diretas (programas de "estudos do meio" ou de "interpretação ambiental") ou indiretas (a descoberta de si e do mundo através da aventura ou da contemplação, ou do contato com culturas diferentes, por exemplo), o ecoturismo possa produzir resultados subjetivos e comportamentais naqueles que o praticam e também na sociedade, colaborando para sua transformação. Além disso, estratégias educativas são consideradas condições para que se obtenham os outros desdobramentos esperados da atividade ecoturística.

Antes, contudo, de passarmos à análise do produto ecoturístico nessas duas acepções, convém detalharmos alguns aspectos já apontados até aqui, como a indefinição conceitual, os muitos sentidos do nome ecoturismo e o contexto sociocultural de seu desenvolvimento, para podermos então prosseguir em nossa análise.

POR QUE ECOTURISMO?

As controvérsias sobre o turismo realizado em áreas predominantemente naturais ou que abriguem culturas tradicionais/exóticas iniciam-se já por seus nomes. Como dito anteriormente, há diversidade de termos e até polissemia envolvendo os mesmos. Tal tipo de turismo já foi chamado de alternativo, soft, brando, verde, ecológico, ambiental.... Hoje predomina o termo ecoturismo.

Paulo dos Santos Pires apresenta um exaustivo levantamento da diversidade de termos/conceitos identificáveis na literatura sobre o tema, buscando deslindar alguns dos nós do emaranhado em que se transformou a terminologia. Procura também reconstituir a trajetória dessa atividade no Brasil, tentativa que coloca em pauta no-

vamente a questão da definição do termo.^[nota 2] É conveniente lembrar que, mesmo antes da definição do termo e da comercialização de pacotes de viagens com destino à natureza, no Brasil a prática de atividades associáveis à ideia de ecoturismo se verifica há mais de um século, à semelhança de outros países (o montanhismo surgiu nos Alpes no século XVIII, e os parques nacionais — criados para o lazer e para proteção dos recursos naturais norte-americanos —, no final do século XIX). Serrano, ao estudar a criação do primeiro parque nacional brasileiro, na região do maciço do Itatiaia (MG e RJ), em 1937, encontrou na documentação sobre a região praticantes de caminhadas e escaladores desde a virada do século XIX ao XX.^[nota 3] Num período mais recente, Carmélia Souza lembra os jovens hippies que na década de 1960 procuravam as praias do sul da Bahia, em sua fuga dos grandes centros urbanos, e também o desenvolvimento do excursionismo (através de clubes) na década de 1970.^[nota 4]

Na mesma direção, vale lembrar ainda que Marcos Sorrentino, ao inventariar as discussões sobre a educação ambiental na sociedade brasileira, identifica várias correntes, dentre as quais está a "educação ao ar livre".^[nota 5] Nela ele inclui os "antigos naturalistas, escoteiros e participantes de grupos de espeleologia, caminhadas, montanhismo, acampamentos e outras modalidades de esportes e lazer junto à natureza" e aponta que essas atividades vêm ampliando suas dimensões pela incorporação da educação ambiental como princípio "com alguns grupos de 'caminhadas ecológicas', 'trilhas de interpretação', 'turismo ecológico' e outros nomes". Entre as atividades que associam viagens à natureza e tem uma preocupação ambiental — e contemporaneamente são classificadas como ecoturismo — estão os chamados estudos do meio, isto é, "programas de viagem especialmente preparados para serem usados como processo pedagógico por colégios", iniciados em São Paulo a partir de 1980.^[nota 6]

É importante esclarecer que a constatação de práticas antigas de visita a áreas naturais com fins de lazer não implica seu reconhecimento como ecoturismo, o que constituiria um anacronismo, posto que há um contexto sociocultural que vai diferenciar sensivelmente esses dois fenômenos. Mais adiante, ao tratarmos do ecoturismo como desdobramento do ambientalismo e como um elemento do mercado, isso será discutido de modo mais extenso.

Da mesma forma, como é possível detectar-se uma pluralidade de termos e conceitos quando se trata do turismo em áreas naturais, todos esses termos também sugerem que ecoturismo, para ficarmos com aquele mais aceito contemporaneamente, é uma idéia "guarda-chuva", pois envolve uma multiplicidade de atividades como trekking, hiking, escaladas, rappel, espeleologia, mountain biking, cavalgadas, mergulho, rafting, floating, kayaking, vela, vôo livre, paragliding, balonismo, estudos do meio, safári fotográfico, observação de fauna e de flora, pesca (catch-release), turismo esotérico e turismo rural, para citar as mais usuais. [\[nota 7\]](#)

Apesar dessa diversidade, há um relativo consenso de que quaisquer atividades realizadas sob esse nome não devem usar, como instrumento principal da atividade, equipamentos a motor, dada a intensidade de ruídos, resíduos e impacto sobre o ambiente natural e sobre outros usuários da mesma área. Esse consenso, contudo, é parcial, visto que alguns "esportes radicais" como off-road, seja em automóveis 4x4 ou em motocicletas, muitas vezes são classificados como atividades ecoturísticas. Da mesma forma, é preciso considerar que muitas atividades requerem o uso de barcos a motor e outros veículos como meio de transporte no ambiente natural, sendo tais atividades consideradas ecoturismo, já que esses meios de transporte não seriam a atividade principal da visita. No entanto, eles devem ser utilizados de modo a causar o mínimo impacto possível nos ambientes visitados.

Ainda sobre a diversidade de termos e sentidos, e para evitarmos a reprodução aqui de toda a pesquisa realizada por Paulo Pires, destacamos a definição da Embratur e do Ibama para o ecoturismo, visto que, na nossa opinião, ela sintetiza grande parte dos valores associados a esse tipo de viagem, dispersos nas várias definições disponíveis. Para aquelas entidades, ecoturismo é

[...] um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. [\[nota 8\]](#)

Essa definição também abriga os principais elementos que são debatidos quando se procura ir além da definição de conceitos, apontando os "resultados" esperados dessa atividade mercantil, os quais procuraremos tratar neste texto.

Passando do conceito ao seu contexto, há que se dizer que o surgimento das práticas turísticas alternativas ao turismo de massa, tratadas aqui por ecoturismo, dá-se no contexto das transformações mais gerais da sociedade ocidental que têm sido identificadas como a passagem da modernidade à pós-modernidade. O debate sobre esse momento e suas configurações é bastante extenso e não seria produtivo retomar neste espaço a infindável discussão que envolve a (in)definição das categorias de moderno/pós-moderno. Nesse sentido, estaremos nos guiando por Renato Ortiz, que, apesar de assinalar a distinção entre a modernidade-mundo e as modernidades do século XIX e do início do XX, considera a pós-modernidade "uma das expressões [...] de um rearranjo dos processos sociais e societários 'pós-industriais'".[\[nota 9\]](#) Esse rearranjo envolve o predomínio do setor de serviços, em detrimento da produção industrial, da mesma forma como coloca a produção e o consumo de signos como elementos centrais da dinâmica sociocultural.

Nessa dinâmica, ganham destaque o consumo de bens e serviços, signos e imagens relacionados ao prazer e ao corpo, entre os quais podemos colocar aqueles relacionados às atividades físicas, especialmente através dos chamados "esportes radicais", praticadas na natureza, incorporadas nas viagens ecoturísticas. Sobre esse aspecto da vida contemporânea, vale a pena apresentar as considerações de Javier e Alberto Olivera Betrán a propósito das transformações pelas quais certas práticas corporais vêm passando. Eles escrevem: "Cada sociedade, em cada época, tem sua própria cultura corporal relacionada aos seus parâmetros ideológicos, tecnoeconômicos, sociais e, é claro, culturais. A idéia de corpo e o tratamento do corpo, os usos, hábitos e costumes, movimentos que suscitam, práticas corporais e atividades físicas recreativas que aparecem nesse período se inscrevem na mentalidade da época".[\[nota 10\]](#) Partindo desse princípio, para tais autores o esporte representa a forma moderna de relação com o corpo: "Na época industrial o esporte adapta-se perfeitamente à ciência, à técnica e ao recorde, convertendo-se num elemento social que produz e acompanha o pensamento coletivo". [\[nota 11\]](#) Representa a normatização e codificação de antigas práticas lúdicas, jogos e brincadeiras, e assim, ao lado das revoluções, do proletariado e das utopias igualitárias, ele seria mais um emblema ou metáfora da modernidade.

A análise de Betrán & Betrán sobre o esporte e a modernidade nos estimula a proceder da mesma forma em relação ao turismo. Pois tanto o contexto de surgimento e afirmação do esporte é análogo ao do turismo como a possibilidade de enxergá-lo como um emblema desse mesmo momento, a modernidade que assume plenamente seus contornos e se expande a partir do século XIX, com a crescente mobilidade espacial e social, tecnologia, produção e consumo massificados, comunicação de massa, ao lado da divisão do trabalho, da disciplina, controle do uso do tempo, das pulsões, dos papéis sociais, da performance...

Para tais autores, a mudança de paradigmas, conceitos e mentalidades da pós-modernidade vai fazer surgir um conjunto de práticas corporais (mais individualizadas, pouco competitivas, envolvendo novos valores e demandas sociais) que passarão a disputar com o esporte o uso do tempo de "ócio ativo". Entre tais práticas — além daquelas mais urbanas e associadas explicitamente à manutenção da forma física, como o jogging, as várias modalidades de ginástica, a musculação, entre outras — estão os chamados "esportes radicais" (algumas de suas principais formas foram listadas ao tratarmos do ecoturismo como idéia guarda-chuva). Aliás, a expressão "esporte radical" representaria um equívoco conceitual, posto que essas novas atividades teriam surgido exatamente em reação à ordem, disciplina e controle típicos do esporte, muito embora várias delas, hoje, estejam passando por um processo de esportização, pelo surgimento de competições (corridas de aventura, raids, e mesmo competições de rafting, de escalada indoor, de mountain bike, etc.).

O contexto onde surge e se desenvolve o ecoturismo — o mesmo em que se originam as atividades físicas na natureza, que por sua vez vão compor grande parte das viagens ecoturísticas — também nos permite associar essas duas práticas. Elas têm em comum um traço de consumo de cunho narcisista-hedonista — a busca do bem-estar e do prazer físico e mental, pela "adrenalina" ou pela contemplação — ao qual, paralelamente, coloca-se a disseminação do ambientalismo, que deixa de ter um caráter apenas reivindicativo de proteção de espécies e ecossistemas ou de mudanças estruturais da relação sociedade-natureza e passa a englobar debates mais gerais como direitos de minorias (sociais, raciais, religiosas, étnicas), questões de gênero e de qualidade de vida. Essa ampliação do espectro de questionamentos e âmbito de atuação do ambientalismo vai gerar, no contexto da apropriação irrestrita de praticamente todos os temas da sociedade pelo mercado, o desenvolvimento de produtos e "atitudes" considerados ambientalmente corretos, doravante identificados pelo rótulo de "ecológico", dentro de estratégias de marketing nem sempre comprometidas de fato com quaisquer mudanças socioambientais. Alguns críticos do eco-

turismo vão colocá-lo exatamente ao lado de tais produtos "esverdeados" para consumo das classes médias... Sem negar que em muitos casos essa afirmação procede, pretendemos tornar a interpretação do ecoturismo um pouco mais refinada durante este texto. O ecoturismo vai ser identificado por alguns autores ao mesmo tempo como crítica ao turismo convencional e como meio de diferenciação social das novas classes médias, como será discutido mais adiante.

ECOTURISMO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Um dos sentidos da expressão "produto" ecoturístico, apontados no início deste texto, diz respeito às transformações que essa atividade pode induzir/suscitar nos elementos que nela se integram, sejam eles turistas, populações locais ou os próprios participantes do setor (trade e instituições públicas).[\[nota 12\]](#) E o elemento fundador de tais transformações — que remetem à sustentabilidade socioambiental, de acordo com a definição da Embratur — é a educação ambiental. Assim, para estabelecer a discussão sobre as possibilidades do ecoturismo, é necessário recuperar as idéias subjacentes a essa nova categorização das práticas educativas.

ORIGENS E SENTIDOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O contexto do surgimento dessas práticas é o mesmo daquele onde se originou a idéia de desenvolvimento sustentável, como um dos desdobramentos das discussões sobre os rumos da apropriação dos recursos naturais nos moldes praticados na sociedade urbano-industrial, estabelecidas a partir da década de 1960.[\[nota 13\]](#) A crise do petróleo do início dos anos 70 e a Conferência de Estocolmo, organizada pela ONU

para tratar do tema meio ambiente e desenvolvimento, em 1972, são marcos de uma profunda crítica sobre os valores da sociedade ocidental, que coloca em xeque também o estilo de vida das populações dos países do chamado "Primeiro Mundo" e sua condição de modelo para os países não desenvolvidos da América Latina, Ásia e África que aspiravam a atingir igual nível de crescimento.

É essa situação que desencadeará uma série de debates e conferências internacionais e fará emergir — dada a percepção de que os problemas relacionados aos recursos naturais e sua apropriação e conservação derivavam da cultura e não exclusivamente da natureza — a necessidade de se trabalhar também com os sujeitos que dão sustentação a tal cultura e estilo de vida, passando-se assim pela reflexão sobre as necessidades humanas e pelos valores socialmente construídos, através da educação ambiental, conforme se verá adiante. Isto é, já se aceitava que os problemas da natureza são problemas da sociedade e que ambas compõem o "meio ambiente". [\[nota 14\]](#)

Em meio a tais discussões, o conceito de educação ambiental foi enunciado pela primeira vez em 1975, no documento do primeiro encontro realizado para debater formas de ação entre as populações do planeta, a "Carta de Belgrado". Depois desse encontro, três conferências internacionais — Tiblisi (Geórgia, antiga URSS), em 1977; Moscou (Rússia), 1987 e Thessaloniki (Grécia), 1997 — deram subsídios a novas reflexões e práticas que envolvem a educação ambiental.

Um outro momento importante nessa reconstituição histórica do surgimento da idéia de educação ambiental é o da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, mais conhecida como ECO-92. Em paralelo às reuniões oficiais dos representantes governamentais realizou-se o Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais intitulado Compromisso com o Futuro, no qual debateram-se intensamente as questões que deram origem ao Tratado de Educação para Sociedades Sustentáveis. Nele foram estabelecidos os pressupostos básicos ao desenvolvimento de práticas educativas centradas nas questões ambientais, preocupadas com a "transformação de mentalidades e lançando os fundamentos de um novo discurso educacional, que teria a capacidade, inclusive, de refletir mudanças nas tradicionais instituições promotoras e difusoras de práticas educativas". [\[nota 15\]](#)

Contudo, é necessário apontar em relação à expressão "educação ambiental" a existência de uma polissemia semelhante àquela identificável no caso do ecoturismo, e lembrar ainda que, da mesma forma como outras expressões quase obrigatórias nos

discursos que se pretendem "ambientalmente corretos" hoje em dia (como por exemplo "desenvolvimento sustentável", ou mesmo ecoturismo, em lugar de turismo em áreas naturais), ela tem sido utilizada em inúmeros sentidos diferentes e praticada em atividades e estratégias variadas. E ao menos no caso da educação ambiental, isso de fato, e em alguns casos, faz sentido, visto que são necessários artifícios diferentes para a realização de algo essencial diante do atual quadro das relações sociedade — natureza, que, por mais que venham sendo criticadas e pontualmente revistas, ainda carecem de uma profunda revisão.

Diante disso, em vez de encontrar uma definição quase sempre inconclusiva e lacunar talvez seja mais útil pensar nos objetivos de se buscar a educação ambiental. Na palavras de Aziz Ab'Saber, sua missão poderia assim ser sintetizada:

Garantir a existência de um ambiente sadio para toda a humanidade implica uma conscientização realmente abrangente, que só pode ter ressonância e maturidade através da Educação Ambiental. Um processo educativo que envolva ciência, ética e uma renovada filosofia de vida; um processo realmente amplo, um chamamento à responsabilidade planetária dos membros de uma assembléia de vida dotados de atributos e valores essenciais, ou seja, uma capacidade de escrever sua própria história, informar-se permanentemente do que está acontecendo em todo o mundo, criar culturas e recuperar valores essenciais da condição humana e acima de tudo refletir sobre o futuro do planeta. [\[nota 16\]](#)

Partindo desse pressuposto, torna-se impossível aceitar, hoje, a interpretação da educação ambiental apenas como um esforço de modificação de comportamentos em relação ao ambiente natural — o que pode ser classificado como "condicionamento ambiental": não jogar lixo no chão, economizar energia elétrica ou água, viajar de um modo minimamente impactante, etc. A revisão de atitudes pontuais é extremamente necessária e bem-vinda, mas não toca na essência da representação social da natureza como um recurso à disposição do homem, a ser apropriado, doravante, de uma maneira mais "racional". Tal "condicionamento ambiental" não leva necessariamente a um "olhar dialógico" [\[nota 17\]](#) em relação à natureza, que reflita e promova novas formas de enxergá-la, e de enxergar o próprio homem. Não leva ao estabelecimento de uma outra forma de relação sociedade — natureza baseada em outros valores que não os da modernidade, da dominação do homem sobre a natureza, e também do homem sobre o homem, nem a um compromisso com a cidadania e com a sustentabilidade socioambiental.

Por essa visão abrangente do sentido da educação ambiental, ela precisa ir além das práticas formais (escolares) e usar outros recursos pedagógicos. Aliás, é preciso dizer que é no campo informal — onde estão inseridas as atividades turísticas e de lazer em áreas naturais — que, segundo os resultados da última Conferência Internacional sobre Educação Ambiental (Thessaloniki, 1997), têm sido obtidos os maiores êxitos em termos de sensibilização em relação às questões ambientais. No caso do ecoturismo, por sua informalidade, num primeiro momento, e pela potencialidade que o ambiente natural tem para a desorganização de referências arcaicas e condicionamentos sociais inscritos no corpo e nos hábitos de cada um é que se torna importante pensar nele como estratégia privilegiada de educação.[\[nota 18\]](#) Por sua vez, a descoberta de estilos de vida, formas arquitetônicas, gastronomias, artes, crenças e valores ainda não (completamente) tocados pela homogeneização em curso no processo de globalização pode levar o viajante a refletir sobre os sentidos da indiferenciação da cultura de massa da qual ele mesmo se origina, sobre as imposições do cotidiano das grandes cidades aos seus habitantes e sobre a necessidade/inevitabilidade da busca de alternativas para as relações da sociedade com a natureza e entre seus próprios indivíduos.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOTURISMO

Como dito anteriormente, na origem da educação ambiental está a idéia de desenvolvimento sustentável, que tem a educação voltada à reflexão ambientalista como um de seus princípios.

Um relatório importante dentre os vários documentos publicados e debatidos sobre essa temática é o documento Nosso futuro comum, de 1987, da Comissão Mundial, 1988, que sintetiza as idéias sobre o desenvolvimento sustentável, a ser alcançado para a manutenção das condições da vida no planeta e para uma melhor distribuição das riquezas. Esse documento irá difundir o debate sobre a conscientização acerca da necessidade de se discutir as conseqüências das ações humanas sobre o meio natural, e seus desdobramentos para a vida do homem e dos demais seres do planeta.[\[nota 19\]](#)

Assim, a discussão sobre desenvolvimento sustentável vai, depois desse momento, expandir-se e ser apropriada por praticamente todos os setores da sociedade. Entretanto, um uso indiscriminado da expressão, sem um mínimo consenso sobre seu significado, gerou uma profunda crítica da mesma. Pode-se dizer que, simultaneamente à sua disseminação, o conceito de desenvolvimento sustentável também se esvaziou, deixando contudo em seu lugar a idéia de sustentabilidade — princípios, e não um modelo de desenvolvimento a ser seguido por toda e todas as sociedades, o que representava uma contradição com sua própria idéia original: a consideração de todas as peculiaridades locais e o respeito à autonomia e autodeterminação dos povos. Da mesma forma, levou cada setor produtivo à necessidade de uma reflexão sobre seu *modus operandi*, tendo em consideração a idéia de pensar globalmente e agir localmente.

Nesse sentido, para Ribeiro e Bastos tal expansão da idéia de desenvolvimento sustentável promoveu reações diversas nos agentes econômicos.

Para muitos, escrevem eles, trata-se de um novo momento da história capitalista, com novas ideologias, agentes, padrões de distribuição dos fatores de produção e formas de sociabilidade. Modificam-se as relações entre os setores de ponta da economia. As chamadas indústrias limpas, baseadas em grande concentração de conhecimento tecnocientífico e emblematicamente representadas pela eletrônica, informática e biotecnologia tomam o lugar clássico ocupado pela metalurgia e a tecelagem, tipicamente associadas a padrões de produção altamente poluentes, de exploração intensiva e predatória de recursos naturais [...] Neste período de transição, o ambientalismo [...] ganha espaço enquanto interlocutor dos diversos agentes formadores do campo político da discussão sobre desenvolvimento, estimula a criação de novos produtos, mercados e estilos de desenvolvimento mais condizentes com as novas dinâmicas e relações de hegemonia internas ao capitalismo, e também possibilita a redefinição de modelos de produção de atividades econômicas tradicionais [...] Difícil de imaginar contexto mais favorável para manter o crescimento do turismo, atividade que já era denominada de "indústria sem chaminés", limpa por excelência. [\[nota 20\]](#)

No entanto, há alguns limites à tentativa de associar ao turismo a idéia da sustentabilidade. Pois, ao lado de seus aspectos "limpos", encontram-se alguns pro-

blemas inerentes ao atendimento das necessidades de milhares de pessoas deslocando-se para fora de seu local de residência permanente, durante o qual apresentam as mesmas demandas de sua sobrevivência cotidiana, além daquelas típicas das férias. Dessa forma, há que se reconhecer os impactos do turismo para podermos pensar em sua potencial sustentabilidade.

POSSIBILIDADES E IMPACTOS DO TURISMO/ECOTURISMO [\[nota 21\]](#)

Reconhecendo então que o ecoturismo, à semelhança de sua matriz, o turismo, produz impactos de características diversas e em sentidos muitas vezes antagônicos — mas que nem sempre ocorrem simultaneamente e com a mesma intensidade em todos os lugares em que o turismo se desenvolve —, é possível afirmar que para cada impacto positivo da atividade turística pode-se identificar um efeito em sentido inverso. Tais impactos (positivos e negativos) são listados a seguir.

IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO/ECOTURISMO

- geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em vários níveis (local, regional, estadual, nacional);
- estímulo à comercialização de produtos locais de qualidade;
- fixação das populações locais graças à geração de emprego e renda;
- possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infra-estrutura (viária, sanitária, médica, de abastecimento e de comunicações);
- ampliação dos investimentos voltados à proteção de áreas naturais e bens culturais;
- sensibilização de turistas e populações locais para a proteção do ambiente, do patrimônio histórico e de valores culturais;
- melhoria do nível sociocultural das populações locais; e
- intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida.

IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO/ECOTURISMO

- aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e consequente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais;
- substituição de ocupações tradicionais por subempregos;
- esgotamento do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infra-estrutura;
- geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística;
- adensamentos urbanos não planejados e favelização;
- incremento do consumo de recursos naturais, podendo levar ao seu esgotamento;
- aumento do consumo de combustíveis para os deslocamentos;
- poluição do ar, visual e dos recursos hídricos;
- aumento da produção de lixo e detritos nas localidades receptoras;
- alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de animais e plantas;
- estímulo ao consumo de souvenirs produzidos a partir de elementos naturais raros; e
- perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas.

No caso específico de seu desenvolvimento em unidades de conservação (UC), o ecoturismo pode gerar, à semelhança do que ocorre em áreas não protegidas, tanto benefícios como problemas.

IMPACTOS POSITIVOS DO TURISMO/ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- sustentação econômica da UC;
- integração da UC com as populações locais;
- circulação de informações sobre o meio ambiente;
- aumento da oferta de atividades de lazer e recreação;
- ampliação da capacidade de fiscalização;
- controle sobre grupos organizados; e
- divulgação da UC.

IMPACTOS NEGATIVOS DO TURISMO/ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- pisoteamento, compactação, erosão e abertura de atalhos em trilhas;
- depredação da infra-estrutura e de atrativos e elementos naturais;
- estresse e desaparecimento da fauna em razão da presença humana (provocados por barulho, cheiro e cores estranhos ao ambiente);
- aumento e/ou deposição inadequada do lixo;
- necessidade de "sacrifício" de áreas para instalação de infra-estrutura; e
- aumento do risco de incêndios.

QUESTÕES/DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA

Em lugar de se pensar no desenvolvimento sustentável como um modelo genérico, tem se colocado a necessidade de se buscar em cada atividade produtiva formas mais harmônicas de organização e implementação. Nesse sentido, a idéia de turismo sustentável é assim definida por Ever:

[...] um turismo e a infra-estrutura a ele relacionada que, agora e para o futuro: opera dentro das capacidades naturais, para a regeneração e futura produtividade dos recursos-reconhece a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida dão à experiência turística; aceita que as pessoas devem ter participação igualitária nos benefícios econômicos do turismo; e é guiado pelas aspirações das pessoas e comunidades locais das áreas visitadas. [\[nota 22\]](#)

A autora assim detalha sua definição através de alguns "princípios";

- 1) Uso sustentável dos recursos: "A conservação e os uso sustentável dos recursos — naturais, sociais e culturais — são cruciais e viabilizam negócios a longo prazo";
- 2) Redução do consumo supérfluo e desperdício: "A redução do consumo supérfluo e do desperdício evita os custos, a longo prazo, da recuperação de danos ambientais e contribui para a qualidade do turismo";
- 3) Manutenção da diversidade natural e cultural: "Manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para um turismo sustentável e cria uma base estável para a indústria";

- 4) Integração do turismo no planejamento: "O desenvolvimento turístico que se integre numa estrutura de planejamento nacional e local e que estabeleça taxas para impactos ambientais, aumenta a viabilidade a longo prazo do turismo";
- 5) Apoio às economias locais: "O turismo que apóia um amplo espectro de atividades econômicas locais e que considera os custos e valores ambientais tanto protege tais economias quanto evita danos ambientais";
- 6) Envolvimento das comunidades locais: "O envolvimento total das comunidades locais no setor turístico não apenas as beneficia e ao ambiente em geral, mas também melhora a qualidade da experiência turística";
- 7) Consulta ao público e a atores envolvidos: "O diálogo entre a indústria turística e as comunidades, organizações e instituições locais é essencial uma vez que eles trabalharão juntos e deverão resolver potenciais conflitos de interesse";
- 8) Capacitação de mão de obra: "O treinamento de pessoal que integre a idéia de sustentabilidade nas práticas turísticas, aliado ao recrutamento de pessoas do local em todos os níveis, melhora a qualidade do produto turístico";
- 9) Marketing turístico responsável: "O marketing que provê os turistas de informações completas e responsáveis aumenta o respeito pelo ambiente natural, social e cultural das áreas de destino e aumenta a satisfação do cliente";
- 10) Desenvolvimento de pesquisas: "As pesquisas e monitoramentos realizados pela indústria, usando bancos de dados e análises confiáveis, são essenciais para ajudar a resolver problemas e trazer benefícios para os destinos, a indústria e os consumidores."[\[nota 23\]](#)

Contudo, a formulação teórica de tais princípios e mesmo a tentativa dos vários atores sociais envolvidos na discussão do ecoturismo — à qual se associa diretamente a idéia de desenvolvimento sustentável — não têm sido suficientes para resolver alguns conflitos e polêmicas relativos à operacionalização do mesmo. Assim, no contexto dos debates sobre a sustentabilidade surge recorrentemente uma série de questões articuladas entre si.[\[nota 24\]](#) São elas a (aparente?) oposição entre lucro e proteção ambiental; a opção entre a democratização ou a elitização do turismo, como forma de se financiar a proteção ambiental, por causa da questão anterior; a distribuição dos benefícios econômicos do turismo (populações e empreendedores locais versus empreendedores "de fora"); a adaptação das pessoas aos lugares visitados, através de

informação sobre as peculiaridades locais, ou a progressiva transformação dos lugares visitados, sob pena de sua descaracterização, para o atendimento das demandas inconsequentes dos visitantes; a concentração ou distribuição dos fluxos de visitantes — "muita gente em poucos lugares ou muitos lugares com pouca gente"[\[nota 25\]](#) — como forma de controlar os impactos negativos sobre o ambiente e distribuir os benefícios econômicos entre várias regiões; o dilema que envolve o controle das relações do mercado em contraposição à sua auto-regulamentação, e, por fim, a discussão sobre a administração e exploração das Unidades de Conservação (destino de grande parte das atividades do ecoturismo), a permanecer sob a ineficiência — conjuntural ou intrínseca — do Estado ou sua transferência a empreendedores privados, dentro da lógica neoliberal vigente.

Tais questões e os desafios por elas apresentados dizem respeito tanto ao primeiro aspecto do produto ecoturístico a que fizemos referência — aquele dos resultados por ele produzidos na sociedade, como remetem diretamente ao seu outro aspecto.

ECOTURISMO, MERCADO E CONSUMO

Outro aspecto do "produto" ecoturístico destacado no início deste trabalho é aquele mais usualmente associado ao termo "produto": o objeto das trocas no mercado.

O ecoturismo é o segmento da atividade turística que mais tem se desenvolvido, como apontado inicialmente. Dados da Organização Mundial do Turismo indicam que ele já representa 10% do turismo mundial e que seu crescimento é da ordem de 20% ao ano. Tal taxa de crescimento indica ainda que seu "produto bruto" estaria dobrando a cada cinco anos, contra os doze anos necessários pelo turismo convencional para o mesmo resultado. No Brasil, segundo projeção realizada em 1994, 1,6 milhão de turistas, dos quais trezentos mil estrangeiros, movimentariam US\$ 4 bilhões/ano, com a utilização de duzentos "eco-hotéis" e de trezentas agências.[\[nota 26\]](#) Em São Paulo (capital), maior emissor de ecoturistas do país, esse movimento seria de US\$ 9,5 milhões ao ano, através de setenta agências especializadas.[\[nota 27\]](#)

Apesar desses dados, e de um crescimento evidente do interesse dos grandes centros urbanos por atividades realizadas ao ar livre, preferencialmente em lugares naturais, e da oferta cada vez maior de produtos para satisfazer tal demanda, por meio de pacotes de viagem ou do crescimento da prática dos "esportes radicais", há um quase completo desconhecimento das reais dimensões do mercado ecoturístico. Temos dele um conhecimento superficial, lacunar e possível apenas pela percepção dos sujeitos nele envolvidos (portanto novamente parcial). Uma pesquisa levada a cabo por Doris Ruschmann ajuda-nos a ter uma visão um pouco menos "impressionista" sobre as proporções e características do mesmo, focada principalmente no perfil dos clientes e das características das agências de São Paulo, mas ainda assim muito imprecisa, conforme observação da própria autora, por causa da dificuldade para a coleta de dados.[\[nota 28\]](#) Com relação aos meios de hospedagem utilizados no ecoturismo, a dificuldade se repete. Hillel comenta sobre seu desenvolvimento recente, descreve as empresas hoteleiras que atendem a esse setor como familiares, de pequeno e médio porte, apresentando em consequência dessas circunstâncias falta de profissionalismo e/ou de visão empresarial, alta rotatividade de mão-de-obra, ausência de treinamento, alta sazonalidade, um custo fixo alto e instabilidade de vendas, devido à sazonalidade.[\[nota 29\]](#)

Hillel e outros profissionais da área, em comunicações informais e palestras, fazem as seguintes considerações gerais sobre o mercado ecoturístico no Brasil: trata-se de um setor ainda informal (apesar da progressiva organização), apresentando

conseqüentemente pouco profissionalismo (embora haja sinais de uma crescente preocupação com a qualidade dos serviços prestados, sinal da expansão do mercado e do aumento da concorrência).[\[nota 30\]](#) Há conflitos éticos e contradições entre discursos e práticas, pelo fato de a grande parte das operadoras e agências não contar com pessoal especializado e, ainda, por não haver cobrança efetiva dos clientes de modo a estimular os fornecedores a proceder de maneira diferente. Por fim, há a questão financeira, traduzida na inexistência de linhas de crédito acessíveis para viabilizar práticas ambientalmente corretas, além do problema dos investimentos privados e públicos em infra-estrutura, que são insuficientes para garantir tanto a qualidade do produto como a proteção ambiental das áreas onde são desenvolvidas as viagens.[\[nota 31\]](#)

Contudo, a despeito dessa situação, haveria uma tendência de crescimento lento, porém consistente; uma diversificação e especialização das atividades desenvolvidas durante as viagens, assim como de seus operadores; uma procura cada vez mais intensa por novos destinos, que mantenham conservadas suas características naturais e cujas culturas locais guardem ainda peculiaridades em relação à cultura de massa (lugares considerados "tradicionais" ou "exóticos"); e, por fim, o interesse por viagens ativas, nas quais os turistas tanto pratiquem atividades físicas e lúdicas intensas como, eventualmente, colaborem na sua operação. Em termos de destinos em ascensão no Brasil, poder-se-iam destacar com mais ênfase em relação ao direcionamento dos fluxos de ecoturistas as regiões da chapada Diamantina (BA), do Pantanal e Bonito (MS) — no turismo nacional; a região de Gramado, Canela e dos Aparados da Serra (RS) — em termos de turismo regional; e a Amazônia (como destino de turismo internacional).[\[nota 32\]](#) Mais recentemente, Brotas (SP) tem se destacado como cidade atratora de praticantes de "esportes de aventura".

Considerando as limitações dos dados sobre o mercado ecoturístico brasileiro, fato que até mesmo inviabiliza qualquer discussão mais aprofundada sobre aspectos importantes do tema, como por exemplo a rentabilidade dos negócios (e conseqüen-

temente sua capacidade de multiplicar benefícios na economia em geral, na economia das comunidades receptoras em particular), julgamos ser mais relevante aqui sistematizar informações dispersas na literatura e/ou organizadas a partir de depoimentos de profissionais da área, de modo a fornecer subsídios para pesquisas futuras.

O mercado ecoturístico brasileiro organiza especialmente pacotes, comercializados na forma de excursões ou em saídas individuais. As viagens personalizadas, com roteiros e programas definidos de acordo com as necessidades ou desejos dos clientes (que são uma das características do turismo pós-moderno), são ainda pouco exploradas. Apesar do caráter massificador dos pacotes, os operadores destacam o caráter "artesanal" do produto ecoturístico, que o distinguiria do turismo convencional. Feitas essas observações, é possível identificar e classificar os roteiros de ecoturismo, que podem envolver as diversas modalidades de atividades físicas realizáveis na natureza, mencionadas anteriormente, de acordo com os critérios indicados a seguir.

TIPOS DE ROTEIROS OPERADOS PELO MERCADO

- quanto à duração: curtos (de um dia a um final de semana), médios (feriados, quatro ou cinco dias; ou longo (mais de uma semana);
- quanto à atividade principal: especializados (envolvendo uma única atividade) ou híbridos (mais de um tipo de atividade no mesmo roteiro, como caminhada, rafting e rappel, por exemplo);
- quanto à dificuldade: fáceis (para iniciantes/não sedentários), médios (exigindo bom preparo físico e algum conhecimento técnico), difíceis (requerendo excelente preparo físico e bom conhecimento técnico) ou profissionais/especializados (destinados àqueles com excelente preparo físico/técnico e interesse especial na atividade);
- quanto à organização e serviços oferecidos: autogeridos/participativos (nos quais os clientes se responsabilizam pela maior parte das atividades necessárias à operação do roteiro: montagem de barracas, preparo da alimentação, etc.) ou convencionais (a operadora se responsabiliza por todos os serviços envolvidos); e
- quanto ao nível da estrutura e serviços oferecidos: rústicos, simples/convencionais ou sofisticados.

Os roteiros acima descritos são consumidos por clientes que podem — com a devida ressalva sobre a superficialidade e caráter intuitivo das análises existentes — ter as características descritas a seguir. [\[nota 33\]](#)

PERFIL E EXPECTATIVAS DO CLIENTE DE ECOTURISMO

- poder aquisitivo: médio/elevado;
- sexo: ambos (predomínio feminino, especialmente em São Paulo);
- faixa etária: 10-60 anos (predomínio 30-40); e
- nível cultural: médio/elevado.

TIPOLOGIA

As classificações mais genéricas apresentam como tipos de ecoturistas estudantes, aventureiros, especialistas. [\[nota 34\]](#) No entanto, a tipologia estabelecida por Janet Cochrane parece delinear de maneira mais definida o público ecoturista. Para tal autora, o ecoturista pode ser descrito como explorador, mochileiro, especialista, de interesse genérico, de massa. A caracterização de cada um desses tipos é a que segue:

Explorador: individualista, aventureiro, não requer facilidades especiais. Pode pagar por alguns serviços, mas prefere não gastar. Inclui caminhantes, escaladores e observadores de aves. Idade: 25-45.

Mochileiro (backpacker): faz viagens longas, com orçamento limitado. Utiliza transporte coletivo local, acomodações baratas, etc., privilegia a experiência da viagem antes que a

cultura local, embora aprecie o exotismo. Aprecia caminhadas e a paisagem, embora normalmente não visite áreas mais remotas devido ao custo das viagens. Necessita de serviços de baixo custo. Idade: 18-25.

Turista especialista: dedica-se a hobbies particulares, pouco aventureiro, dispõe-se a pagar por serviços e auxílio logístico. Pode ter pouco interesse pela cultura. Exige facilidades especiais e serviços, por exemplo, barcos, guias, etc. Aceita desconfortos e longas viagens, se necessários para atingir seus objetivos. Pode ter participação ativa, por exemplo, em projetos de recuperação ambiental. Inclui pesquisadores; prefere grupos pequenos. Idade: 20-70.

Turista de interesse genérico: em geral, prefere a segurança dos grupos ou programas personalizados. Tem bom nível de renda, interessa-se por cultura e pela vida silvestre, desde que não seja necessário muito esforço para apreciá-la. Muitos são ativos e apreciam atividades de "aventura sem risco", como caminhadas e rafting. Não se sujeita a viajar longas distâncias sem que haja grandes atrativos. Requer muitas facilidades, embora possa aceitar condições rústicas por curtos períodos. Idade: 35-65.

Turista de massa: prefere viajar em grandes grupos; pode ter bom nível de renda; interessa-se superficialmente por alguns aspectos da cultura local; aprecia paisagens naturais e vida silvestre se o acesso for fácil; requer muitas facilidades e viaja apenas em condições muito confortáveis. Inclui passageiros de cruzeiros. Idade: 40-90. [\[nota 35\]](#)

Ribeiro e Barros também apresentam uma tipologia alternativa para o ecoturismo. Ela conta com quatro tipos: turismo do tipo Cancún (requerendo ampla infra-estrutura e serviços, alimentando-se dos fluxos internacionais de turistas e apresentando retórica conservacionista); turismo do tipo institucional-ambiental (visitas a unidades de conservação, guiadas e atendendo a regras preestabelecidas para visitação); turismo do tipo aventura de luxo pseudocientífico-humanista (utilizando serviços seguros e confortáveis, e tendo habitualmente a presença de personalidades ou autoridades ambientalistas como guia na "visita à mãe natureza e (a)o bom selvagem"); turismo do tipo aventura desportista de grupo (atividades de esporte radical, que exigem pouco investimento fixo, mas em geral proporcionam alto retorno, tendo por base ideologias ambientalistas). [\[nota 36\]](#)

Sobre o cliente de ecoturismo no Brasil, vale dizer que ele ainda não representa uma categoria de consumidor segmentada, isto é, cujos hábitos de consumo de viagens envolvam exclusiva ou prioritariamente produtos ecoturísticos. Tal fato é apontado com freqüência como um dos limitadores ao desenvolvimento desse mercado.

MOTIVAÇÕES E EXPECTATIVAS DO ECOTURISTA

Em que pese a peculiaridade dos tipos de ecoturistas, é possível dizer que eles partilham motivações e expectativas em relação às viagens que se assemelham, em sua expressiva maioria, àquelas do turismo convencional.[\[nota 37\]](#) São elas:

- descanso;
- fuga do cotidiano;
- busca de qualidade (de vida, de produto);
- simplicidade/rusticidade (não precariedade);
- diferença (cultural, ambiental, cotidiana);
- atividades lúdicas e esportivas;
- risco calculado (busca-se aventura com segurança);
- relações humanas (interação entre grupo, com comunidades);
- informações sobre ambiente/cultura local (sem aspecto formal, necessariamente);
- aprendizado, desenvolvimento pessoal e autoconhecimento pela viagem;
- status, distinção social; e
- consumo de imagens (produzidas pela mídia, memória, relações pessoais).

A análise das motivações dos ecoturistas e de suas tipologias remete-nos a uma discussão mais abrangente sobre aquilo que autores como Lash e Urry, entre outros, qualificam como turismo pós-moderno ou pós-turismo.[\[nota 38\]](#)

O desenvolvimento do turismo na pós-modernidade é associado em geral às noções de hiper-realidade de Jean Baudrillard, exemplificado através dos parques temáticos, ou mesmo dos shopping malls, dos centros históricos revitalizados para o consumo turístico e das feiras mundiais.[\[nota 39\]](#) Para autores como Brunner, o simulacro é

a essência do turismo pós-moderno, e ele não se restringe apenas a ambientes (re)construídos da cultura ocidental, mas se estende também a lugares do Terceiro Mundo e às viagens até eles.^[nota 40] Viagens que são classificadas como ecoturísticas, mas o que o ecoturismo pode ter a ver com simulacro e artificialidade?

Já discutimos anteriormente as relações entre as atividades físicas na natureza envolvidas no ecoturismo e a pós-modernidade, assim como a ampliação dos sentidos do ambientalismo até a preocupação com as minorias, incluindo as étnicas. Munt problematiza a questão do turismo pós-moderno e seu caráter de alternativa às práticas massificadas do turismo convencional a partir das seguintes questões:

O Outro turismo pós-moderno representa um "pós-modernismo de resistência" como é hoje geralmente anunciado? Ou, dado que o consumo de serviços e logo de experiências [...] pode ter um significado simbólico importante e um crescente papel na definição da distinção social [...] seriam esses turismos sintomáticos da frenética luta iniciada pelas novas classes médias para estabelecer e manter a diferenciação social?^[nota 41]

Esse "outro" turismo pós-moderno seria exatamente o ecoturismo.

Munt faz, então, uma leitura radical das viagens e do consumo turísticos que envolvem destinos no Terceiro Mundo. E aponta os principais traços atribuídos ao turismo pós-moderno: associação entre ambientes simulados e experiência, mas especialmente a tentativa de diferenciação entre as práticas dos viajantes e dos turistas; o surgimento de agentes e operadores especializados, prestando serviços personalizados; e, finalmente, a busca da "alteridade", da diferença, o interesse pelas minorias e pela natureza "preservada" à que nos referimos acima. A partir disso, busca relativizar o caráter alternativo de tais práticas por considerar que a diferenciação entre viajantes e turistas não se sustenta se levamos em conta o caráter inclusivo do turismo (que absorve a idéia de viagem, seja pelo consumo de serviços, seja pela experiência dos sujeitos que se deslocam,^[nota 42] por localizar a especialização e a preocupação especial com o cliente dentro da lógica pós-fordista, ou da flexibilidade do capitalismo em suas configurações mais recentes; e por associar o interesse pelas tradições, etnias e pela natureza à nostalgia em relação a estilos e formas antigas das viagens).^[nota 43]

Sua argumentação refinada e os exemplos apresentados somam-se aos questionamentos da viabilidade da implementação de estratégias sustentáveis para o turismo/ecoturismo, forçando-nos a pensar sobre seus limites. No entanto, aceitá-los como única interpretação para a busca de modos distintos de experimentar o mundo através das viagens parece deixar pouca margem de autonomia para os sujeitos que procuram se reinventar a partir de uma subjetividade singular na pós-modernidade...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste artigo colocamos as idéias correntes sobre o ecoturismo e os principais eixos dos debates desenvolvidos a esse respeito. Fizemos também referência à polissemia do termo ecoturismo, assim como às múltiplas práticas desenvolvidas sob esse nome e ampliamos o foco sobre as dificuldades que se apresentam quando se pretende discutir o tema, seja pela inexistência de suporte empírico suficiente para tanto, seja pela complexidade inerente ao mesmo. Destacamos a importância de considerá-lo a partir de uma perspectiva mais abrangente do que a econômica, em geral valorizada quanto se trata da atividade turística, retomando seu caráter de fenômeno sociocultural. Através do recurso da análise do produto ecoturístico — enquanto resultado das viagens à natureza e seus desdobramentos socioambientais e também enquanto objeto das trocas no mercado, ou seja, as próprias viagens/pacotes e seus ingredientes — pretendemos uma maior aproximação do fenômeno, a fim de problematizar seus aspectos principais e também apresentar algumas informações que se apresentam dispersas na literatura disponível sobre o mesmo.

Considerando os resultados esperados do desenvolvimento do ecoturismo, recuperamos suas relações com a idéia de educação ambiental, apresentando o contexto do surgimento desta e seus estreitos vínculos com o debate sobre o desenvolvimento sustentável. A partir daí, apresentamos o conceito de turismo sustentável, com o qual o próprio ecoturismo é muitas vezes associado/confundido, assim como colocamos os questionamentos das propostas teóricas para a sustentabilidade turística e das práticas do ecoturismo. As características pós-modernas do momento em que tais práticas surgem e se desenvolvem foram mencionadas para reforçar nossa interpretação sociocultural do fenômeno.

A respeito do produto ecoturístico, da maneira como desenvolvido, operacionalizado e comercializado pelo mercado, procuramos reunir as esparsas e por vezes pouco consistentes informações disponíveis, buscando sempre referi-las ao contex-

to mais abrangente de sua manifestação, da mesma forma como tratamos a discussão anterior. Voltamos, então, à discussão sobre a pós-modernidade e o turismo, a partir do questionamento do caráter "alternativo" do ecoturismo.

Paradoxalmente, entretanto, para concluir este artigo vamos retomar o aspecto econômico, e portanto mercadológico e de consumo do ecoturismo, que tentamos minimizar no início deste texto. Pois, se há alguma possibilidade de o consumo — e do consumo turístico — tornar-se um elemento positivo, e não apenas passivo, irracional e compulsivo, como habitualmente é qualificado, torna-se necessário que sua discussão incorpore a questão da cidadania,^[nota 44] que por sua vez permeia o debate sobre a sustentabilidade turística. É nessa visão diferenciada sobre o consumo que reside, talvez, uma possibilidade de se romper com o círculo vicioso desenhado quando analisamos o ecoturismo e seus desenvolvimentos — uma prática social aprisionada no circuito de um mercado que se pretende quase autônomo. É essa outra leitura e prática do consumo que pode tornar o ecoturismo mais que um vetor de penetração do capitalismo agora globalizado nos territórios periféricos, abrindo novas frentes para o turismo de massa — dentro da lógica do ciclo de vida dos destinos turísticos, que condenaria tais lugares à morte como qualquer destino superexplorado do turismo convencional. É essa mudança de perspectiva que pode fazer com que as viagens alternativas não se coloquem apenas como mais uma estratégia de diferenciação social de grupos das classes médias ameaçados pela massificação. Da mesma forma, essa mudança de foco poderia viabilizar a utopia da educação ambiental, que se realizaria pelo ecoturismo.

Para o esclarecimento dessa hipótese, há que se aceitar que o consumo faz parte da racionalidade que integra e permite de certa maneira a comunicação na sociedade contemporânea, aceitar "que o consumo não é algo 'privado, atomizado e passivo' [...] mas sim 'eminentemente social, correlativo e ativo'".^[nota 45] No fragmentado e heterogêneo mundo contemporâneo ele seria, assim, um elemento constituinte e constitutivo das identidades individuais e de grupos, que estariam se rearticulando não mais em bases territoriais/nacionais, mas transnacionais, a partir de signos e códigos construídos e compartilhados pelo consumo. E ainda há que se considerar que:

Vincular o consumo com a cidadania requer ensaiar um reposicionamento do mercado na sociedade, tentar a reconquista imaginativa dos espaços públicos, do interesse pelo público. Assim o consumo se mostrará como um lugar de valor cognitivo, útil para pensar e atuar significativa e renovadoramente, na vida social. [\[nota 46\]](#)

Para Canclini, a dificuldade de se enxergar atitudes criativas e autônomas no consumo deriva da liberdade permitida às forças do mercado. Para ele, a mudança desse quadro passa por ações políticas que elevem os consumidores à condição de cidadãos e necessita da reinvenção do mercado como um elemento integrante de "interações socioculturais mais complexas", em vez de apenas um mero lugar de troca de mercadorias. Em suas palavras:

Para que se possa articular o consumo com um exercício refletido de cidadania, é necessário que se reúnam ao menos estes requisitos: a) uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativos da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil e equitativo para as maiorias; b) informação multidirecional e confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle seja efetivamente exercido por parte dos consumidores, capazes de refutar as pretensões e seduções da propaganda; c) participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos: desde o controle de qualidade dos alimentos até as concessões de frequências radiais e televisivas, desde o julgamento dos especuladores que escondem produtos de primeira necessidade até os que administram informações estratégicas para a tomada de decisões. [\[nota 47\]](#)

Tais considerações vão na mesma direção dos princípios da sustentabilidade turística, que, contudo, se defrontam igualmente com a realidade das características insustentáveis de um sistema em que o capital tem como única meta a sua própria reprodução e para tanto desenvolve mecanismos cada vez mais sofisticados e sutis. Por isso mesmo seria temerário afirmar que essa "revolução" pelo consumo esteja acontecendo de maneira plena, visível e efetiva. Assim como afirmar a existência de experiências exemplares de turismo sustentável ou ecoturismo, de acordo com as definições que nele apontam mais que uma simples segmentação de mercado. Por outra parte, também não é possível dizer que não haja sinais — não apenas no de-

envolvimento e consumo de produtos ecoturísticos, mas no de alimentos e de outros produtos e serviços — de uma consciência do poder por parte dos consumidores, de sua capacidade de reação diante das pressões de um mercado que reflete em sua mediocridade e "selvageria" as demais limitações da organização social, do conhecimento e das relações sociais.

Por fim, e num sentido que pode ser associado a este, praticamente em toda a literatura que trata das condições de vida na contemporaneidade se encontram referências à necessidade de se reinventar novas formas de sentir, pensar, experimentar o mundo.^[nota 48] O consumo e o consumo ecoturístico não podem ficar fora desse processo de retomada criativa dos indivíduos/cidadãos de seu próprio espaço de vida. Talvez valha a pena, então, retomar Cascino, que ao falar do potencial do contato lúdico com a natureza escreve:

O contato com a natureza é sempre uma ruptura. Sentir medo do horizonte, da altura, da profundidade, do vento, do frio, do sol escaldante, do mato fechado, do barulho dos insetos, da precariedade e do desconforto remete-nos a rompimentos com nossos comportamentos mais "assentados". E essas rupturas abrem "brechas" para a introdução/ construção de novas leituras/discursos sobre o que somos, o que gostamos, o que acreditamos. Romper com formas consagradas de falar, ver e sentir é um caminho saudável de construir o novo. E o novo só aparece quando se lhe dá espaço. Forçar rupturas enfrentando voluntariamente situações inesperadas fundamenta mudanças.^[nota 49]

Fica assim para a sociedade assumir/inventar/decidir quais serão os desdobramentos do consumo ecoturístico: alienação, dominação, criação, liberação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Margarita. "O Grand Tour revisitado", em CORIOLANO, Luiza Neide (org.). Turismo com ética. Fortaleza: Uece, 1998.
- BECK, Sérgio. A aventura de caminhar. São Paulo: Ágora, 1989.
- BERNALDÉZ, G. "Turismo y medio ambiente", em Cuadernos de Educación Ambiental, nº 15, Centre Unesco de Catalunya, 1994.
- BETRÁN, Javier O. & BETRÁN, Alberto O. "La crisis de la modernidad y el advenimiento de la postmodernidad: el deporte y las prácticas físicas alternativas en el tiempo de ocio activo", em Apuntes: educación física y deportes, nº 41, Barcelona, 1995.
- BOO, Elizabeth. Tourism: The Potentials and the Pitfalls. Londres: The Tourism Concern/WWF, 1992.
- BORRINI-FEYERABEND, Grazia. Manejo participativo de áreas protegidas: adaptando o método ao contexto. Quito: IUCN, 1997.
- BOULLON, Roberto. Ecoturismo: sistemas naturales y urbanos. Buenos Aires: Librerías Turísticas, 1993.
- BRASIL-MICT/MMA. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília: Embratur/Ibama, 1994.
- CANCLINI, Néstor G. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CASCINO, Fabio. "Do turismo convencional ao ecolazer", em Debates Socioambientais, nº 9, São Paulo, 1998.
- _____. Educação ambiental: princípios, práticas, formação de professores. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.
- _____. "Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo", em SERRANO, Célia, BRUHNS, Heloísa & LUCHIARI, M. Tereza (orgs.). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas: Papirus, 2000.
- CEBALLOS-LASCURAIN, Héctor. Ecoturismo: naturaleza y desarrollo sostenible. México: Diana, 1998.
- COCHRANE, Janet. Ecotourism Surveys: Expedition Field Techniques. Londres: Royal Adventure Society, 1996.
- COMISSÃO MUNDLAL sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.
- DIEGUES, Antonio C. S. "As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais", em SERRANO, Célia & BRUHNS, Heloísa (orgs.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. 2. ed. Campinas: Papirus, 1999.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo: proposta. São Paulo: SMA-Ceam, Unicamp-Nepam, 1997.
- EVER, Shirley (ed.). Beyond the Green Horizon: A Discussion Paper on Principles for Sustainable Tourism. Washington: WWF, 1982.
- FAO/PNUMA. Flora, fauna y áreas silvestres, nº 7 (boletim especial sobre turismo em unidades de conservação), Quito, 1993.

- FEIXA, Carlos. "La aventura imaginaria: una visión antropológica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza", em *Apuntes: education física y deportes*, nº 41, Barcelona, 1995.
- GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1987.
- HILLEL, Oliver. *Administração de empresas de ecoturismo*. Apostila para curso de Ecoturismo, Senac-SP, mimeo. 1992.
- INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL (IEB). *Material de divulgação de serviços da Instituição*, mimeo.
- LASH, Scott & URRY, John. *Economies of Signs and Spaces*. Londres: Sage, 1994.
- LINDBERG, Kreg & HAWKINS, Donald (orgs.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1995.
- MACGREGOR, James. *Oficinas de capacitação em ecoturismo*. s/l.p., 1991, mimeo.
- MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- MUNT, Ian. "The 'Other' Postmodern Tourism: Culture, Travel and the New Middle Classes", em *Theory, Culture & Society*, vol. 11, Londres, 1994.
- OLIVEIRA, Fabio R. *Técnica profissional: excursionismo e camping de mínimo impacto*. Apostila para cursos de Guarda-Parque, Senac-SP, 1998, mimeo.
- ORTIZ, Renato. "Reflexões sobre a pós-modernidade: o exemplo da arquitetura", em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, São Paulo, 1992.
- OXINALDE, Miguel Del Reguero. *Ecoturismo: nuevas formas de turismo en el espacio rural*. Barcelona: Bosch, 1994.
- PIRES, Bely C. C. *Gestão em agências de ecoturismo e sua inserção no contexto da sustentabilidade*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FEA-USP, 1998.
- PIRES, Paulo dos Santos. *Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista*. Tese de doutorado, São Paulo, ECA-USP, 1998.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Agroturismo e desenvolvimento regional*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RIBEIRO, Gustavo L. & BARROS, Flávia L. "A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo", em *SERRANO, Célia & BRUHNS, Heloísa (orgs.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1999.
- ROCHA, Teresa S. M. *Manual de ecoturismo*. Brasília: Embratur/CCE, 1994.
- RUSCHEL & ASSOCIADOS. *I Bienal de Ecoturismo de Canela*. São Paulo/Canela: Ruschel & Associados Marketing Ecológico/WWF/Sebrae-RS, 1995.
- RUSCHELL, Rogério. "Um negócio de milhões de dólares", em *Marco Zero: turismo e negócios*, ano II, nº 17, São Paulo, 1994.
- RUSCHMANN, Doris M. "Turismo ecológico no Brasil: dificuldades para sua caracterização", em *Turismo em análise*, vol. 6, ne 1, São Paulo, 1995.
- _____. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

- SANTANA, Paola V. Ecoturismo: uma indústria sem chaminé. Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1998.
- SENAC. Turismo ecológico: teoria e técnica profissional. Rio de Janeiro: Senac/DN/DFP, 1992.
- SERRANO, Célia. A invenção do Itatiaia. Dissertação de mestrado, IFCH-Unicamp, 1993.
- _____. "Poéticas e políticas das viagens", em SERRANO, Célia, BRUHNS, Heloísa & LUCHIARI, Maria Tereza (orgs.). Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas: Papirus, 2000.
- _____. & BRUHNS, Heloísa (orgs.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. 2. ed. Campinas: Papirus, 1999.
- _____. & LUCHIARI, Maria Tereza D. P. "Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas", em RODRIGUES, Arlete M. Meio ambiente: ecos da eco. Campinas: IFCH-Unicamp, 1993 (Série Textos Didáticos).
- SORRENTINO, Marcos. "De Tiblisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil", em CASCINO, Fabio, JACOBI, Pedro & OLIVEIRA, José Flávio (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania. São Paulo: SMA/ Ceam, 1998.
- TRIGO, Luiz G. G. "O turismo no espaço globalizado", em RODRIGUES, Adyr B. (org.). Turismo. Modernidade. Globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.
- URBAN, Tereza (org.). Práticas de sucesso para ONGs ambientalistas. Curitiba: Unibanco Ecologia/SPVS, 1997.
- UNESCO. Educating for a Sustainable Future: A Transdisciplinary Vision for Concerted Action. Thessaloniki: Unesco, 1997.
- URRY, John. O olhar do turista; lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Sesc/Studio Nobel, 1996.
- _____. & CRAWSHAW, Carol. "Turismo e consumo visual", em Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 43, Lisboa, 1995.
- WTO/UNEP. Guidelines: Development of National Parks and Protected Areas for Tourism. Madri/Paris: WTO, 1992.

Nota 1, página 205: Sobre as relações entre turismo, conservação ambiental e comunidades tradicionais, cf. Antonio C. S. Diegues, "As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais", em Célia Serrano & Heloísa Bruhns (orgs.), Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente (2. ed. Campinas: Papirus, 1999).

[RETORNO NOTA 1, PÁGINA 205](#)

Nota 2, página 207: Paulo dos Santos Pires, Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista, tese de doutorado (São Paulo: ECA-USP, 1998).

[RETORNO NOTA 2, PÁGINA 207](#)

Nota 3, página 207: Célia Serrano & Maria Tereza D. P. Luchiari, "Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas", em Arlete M. Rodrigues, Meio ambiente: ecos da eco (Campinas: IFCH-Unicamp, 1993).

[RETORNO NOTA 3, PÁGINA 207](#)

Nota 4, página 207: Apud Paulo dos Santos Pires, op. cit., p. 92.

[RETORNO NOTA 4, PÁGINA 207](#)

Nota 5, página 207: Marcos Sorrentino, "De Tíbilisi a Tessaloniki: a educação ambiental no Brasil", em Fabio Cascino et al. (orgs.), Educação, meio ambiente e cidadania (São Paulo: SMA/Ceam, 1998), p. 28.

[RETORNO NOTA 5, PÁGINA 207](#)

Nota 6, página 207: Paulo dos Santos Pires, op. cit., p. 93.

[RETORNO NOTA 6, PÁGINA 207](#)

Nota 7, página 208: A literatura espanhola apresenta como mais inclusiva a denominação "turismo rural", que abrangeria todas as atividades realizadas em ambientes não urbanos, sendo o ecoturismo, nesta acepção, uma das modalidades do turismo rural; cf. Miguel Del Reguero Oxinalde, Ecoturismo: nuevas formas de turismo en el espacio rural (Barcelona: Bosch, 1994).

[RETORNO NOTA 7, PÁGINA 208](#)

Nota 8, página 208: Brasil-MICT/MMA, Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo (Brasília: Embratur/Ibama, 1994).

[RETORNO NOTA 8, PÁGINA 208](#)

Nota 9, página 209: Renato Ortiz, "Reflexões sobre a pós-modernidade: o exemplo da arquitetura", em Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 20, São Paulo, 1992, p. 135.

[RETORNO NOTA 9, PÁGINA 209](#)

Nota 10, página 209: Javier O. Betrán & Alberto O. Betrán, "La crisis de la modernidad y el advenimiento de la postmodernidad: el deporte y las prácticas físicas alternativas en el tiempo de ocio activo", em Apuntes: educación física y deportes, nº 41, Barcelona, 1995, p. 15.

[RETORNO NOTA 10, PÁGINA 209](#)

Nota 11, página 209: Ibid., p. 12.

[RETORNO NOTA 11, PÁGINA 209](#)

Nota 12, página 211: Grande parte da literatura sobre o ecoturismo dedica-se até mesmo a propor estratégias para o alcance de tais transformações, associadas à sustentabilidade. É o caso das propostas das políticas públicas federais, como das estaduais, dos projetos que envolvem mercado, estado e populações locais (o caso do Pólo Ecoturístico do Lagamar, em São Paulo, é exemplar nesse sentido) e de autores que escrevem a partir da análise de casos internacionais, como Kreg Lindberg & Donald Hawkins (orgs.), Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão (São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1995).

[RETORNO NOTA 12, PÁGINA 211](#)

Nota 13, página 211: É preciso lembrar que em outros momentos da história das sociedades ocidentais já se ensaiaram sinais de preocupação/sensibilidade acerca das relações sociedade-natureza: os primeiros grupos ingleses de proteção da natureza em meados do século XIX e o surgimento dos parques nacionais nos Estados Unidos, em 1872, são exemplos que produziram ao menos pontualmente alguma mudança nessa relação. É preciso destacar, igualmente, que o movimento da contracultura norte-americana, na década de 1960, produzido pelos jovens hippies, naturalistas e esotéricos, ao lado dos estudantes que protestaram nas ruas da Califórnia e de Paris, por razões de ordem mais "política", também contribuiu para o desenvolvimento do ambientalismo atual; cf. Fábio Cascino, Educação ambiental: princípios, práticas, formação de professores (São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999).

[RETORNO NOTA 13, PÁGINA 211](#)

Nota 14, página 212: Cf. Célia Serrano & Maria Tereza D. P. Luchiari, "Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas", cit.

[RETORNO NOTA 14, PÁGINA 212](#)

Nota 15, página 212: Cf Fábio Cascino, "Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo", em Célia Serrano, et. al. (orgs.), Olhares contemporâneos sobre o turismo. (Campinas; Papirus, 2000).

[RETORNO NOTA 15, PÁGINA 212](#)

Nota 16, página 213: Apud Fábio Cascino, Educação ambiental: princípios, práticas, formação de professores, cit., pp. 60-61.

[RETORNO NOTA 16, PÁGINA 213](#)

Nota 17, página 213: Ibid., pp. 59-60.

[RETORNO NOTA 17, PÁGINA 213](#)

Nota 18, página 214: Cf. Fábio Cascino, "Do turismo convencional ao ecolazer", em Debates Socioambientais, nº 9, São Paulo, 1998.

[RETORNO NOTA 18, PÁGINA 214](#)

Nota 19, página 214: A discussão sobre crescimento/desenvolvimento/desenvolvimento sustentável que se estabelece a partir da década de 1970 é extensa e reproduzi-la integralmente aqui fugiria aos objetivos deste artigo. Todavia, uma síntese desse debate pode ser encontrada em Célia Serrano & Maria Tereza D. P. Luchiari, "Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas", cit.

[RETORNO NOTA 19, PÁGINA 214](#)

Nota 20, página 215: Gustavo L. Ribeiro & Flávia L. Barros, "A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo", em Célia Serrano & Heloísa Bruhns (orgs.), Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente (2. ed. Campinas: Papirus, 1999), pp.27-28.

[RETORNO NOTA 20, PÁGINA 215](#)

Nota 21, página 216: Sintetizados especialmente a partir de G. Bernaldéz, "Turismo y medio ambiente", em Cuadernos de Educación Ambiental, nº 15, Centre Unesco de Catalunya, 1994.

[RETORNO NOTA 21, PÁGINA 216](#)

Nota 22, página 218: Shirley Ever (ed.), Beyond the Green Horizon: A Discussion Paper on Principles for Sustainable Tourism (Washington: WWF, 1982).

[RETORNO NOTA 22, PÁGINA 218](#)

Nota 23, página 219: Ibidem.

[RETORNO NOTA 23, PÁGINA 219](#)

Nota 24, página 219: Entre os vários textos que destacam alguns de tais desafios, ver James MacGregor, Oficinas de capacitação em ecoturismo. s/l.p., mimeo, 1991.

[RETORNO NOTA 24, PÁGINA 219](#)

Nota 25, página 220: Ibidem.

[RETORNO NOTA 25, PÁGINA 220](#)

Nota 26, página 220: Ruschel & Associados, I Bienal de Ecoturismo de Canela. São Paulo/Canela: Ruschel & Associados Marketing Ecológico/WWF/Sebrae-RS, 1995.

[RETORNO NOTA 26, PÁGINA 220](#)

Nota 27, página 220: Os números apontados por essa pesquisa, embora atualmente desatualizados, são os únicos disponíveis para a mensuração do mercado ecoturístico brasileiro. Marincek, em pesquisa realizada em 1996, apresenta variações insignificantes para a formação de uma idéia geral do mercado ecoturístico brasileiro, da mesma forma como os levantamentos realizados pela equipe do Pólo Ecoturístico do Lagamar; cf. Paulo dos Santos Pires, op. cit. e Paola V. Santana, Ecoturismo: uma indústria sem chaminé, dissertação de mestrado (São Paulo: FFLCH-USP, 1998).

[RETORNO NOTA 27, PÁGINA 220](#)

Nota 28, página 221: A maioria das agências foi fundada entre 1986 e 1990; um a cinco funcionários; um a quatro sócios, na faixa etária entre 24 e 45 anos (SP) e 36 e 45 (outros estados); nível superior (humanas e biológicas); motivação para abertura do negócio: experiência anterior como guia, hobbies relacionados à natureza e prática de esportes; divulgação via mídia impressa (jornais/revistas) através de press-releases, malas-diretas e participação de workshops no Brasil e exterior; faturamento médio mensal da maioria em torno de US\$ 20 mil e 9,5% acima de US\$111 mil; equipamentos: maioria mais de cinco linhas telefônicas, fax, micros de última geração, alguns com reserva de passagem aérea on-line; 52,3 % (SP) e 28,5% (outros estados) operam apenas com pacotes de ecoturismo, os demais trabalham com qualquer tipo de produto; as temporadas coincidem com férias escolares e feriados prolongados; duração média das viagens: 69,3% é de um a três dias e 42,8% de quatro a nove dias; tamanho dos grupos: SP, 38,1% excursões com 31 a 40 pax e 23,8% com 11 a 20 pax; demais estados 11 a 20 pax, em geral; meios de transporte mais utilizados: ônibus, avião, barcos (a motor ou não), automóvel e trem; nos destinos, o deslocamento se faz basicamente a pé, com barcos (a motor ou não), animais de montaria e bicicletas; alojamentos: a maioria utiliza pousadas ou hotéis simples, campings ou albergues da juventude; 19,5 % dos agentes entrevistados declararam utilizar hotéis de luxo; como critério para seleção de guias indicou-se a experiência anterior como guia ecológico, conhecimento da região visitada, conhecimentos sobre ecologia/educação ambiental, primeiros-socorros e idiomas (Doris M. Ruschmann, "Turismo ecológico no Brasil: dificuldades para sua caracterização", em Turismo em Análise, 6 (1), São Paulo, 1995).

[RETORNO NOTA 28, PÁGINA 221](#)

Nota 29, página 221: Oliver Hillel, Administração de empresas de ecoturismo, apostila para curso de Ecoturismo, Senac-SP, mimeo, 1992.

[RETORNO NOTA 29, PÁGINA 221](#)

Nota 30, página 222: Como sinal dessa organização há que destacar a formação da Ecobrasil-Associação Brasileira de Ecoturismo, em 1994, e do Instituto de Ecoturismo do Brasil, em 1995, por empreendedores do trade ecoturístico.

[RETORNO NOTA 30, PÁGINA 222](#)

Nota 31, página 222: Bely C. C. Pires, Gestão em agências de ecoturismo e sua inserção no contexto da sustentabilidade, dissertação de mestrado (São Paulo: FEA-USP, 1998). Bely Pires realizou um estudo de caso sobre a inserção da questão ambiental e dos princípios de sustentabilidade entre as agências de ecoturismo de São Paulo e, entre suas análises, é possível encontrar elementos comuns a essas considerações.

[RETORNO NOTA 31, PÁGINA 222](#)

Nota 32, página 222: Vide levantamento mais detalhado no documento Pólos de desenvolvimento do ecoturismo no Brasil, realizado pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) para a Embratur.

[RETORNO NOTA 32, PÁGINA 222](#)

Nota 33, página 224: Cf. Doris M. Ruschmann, "Turismo ecológico no Brasil: dificuldades para sua caracterização", cit.; Bely C. C. Pires, op. cit. Ruschmann apresenta uma prospecção das características das agências de ecoturismo no Brasil bem como de seus clientes. A própria autora reconhece as limitações de sua amostra, em função da dificuldade de obtenção de dados. Como ilustração, resumimos suas principais conclusões: 50% dos agentes atenderam a uma média anual de mil turistas e 12,2% declaram atender de 1.000 a 10.000 pax (nacionais e internacionais); a maioria dos clientes (83,6%) é constituída de turistas brasileiros, com rendimentos individuais mensais em torno de US\$ 1,3 mil a US\$ 2 mil; motivação: primeiramente contato com a natureza, depois busca de emoções e aventura, curiosidade, estar com amigos, conhecer novas pessoas, estudar o meio ambiente e exercitar-se fisicamente; faixa etária predominante: 26-55 anos (embora participem outras faixas); sexo: na cidade de São Paulo, maioria feminino (63,9%); nos outros locais há um equilíbrio; grau de instrução: 75,3% nível superior completo ou em andamento; profissões liberais; indicações para escolha da agência de viagem: amigos e parentes (61,5%); hábito de viagem: 40% realizaram mais de dez viagens ecológicas.

[RETORNO NOTA 33, PÁGINA 224](#)

Nota 34, página 224: Cf. Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), Material de divulgação de serviços da instituição, mimeo.

[RETORNO NOTA 34, PÁGINA 224](#)

Nota 35, página 225: Janet Cochrane, Ecotourism Surveys: Expedition Field Techniques (Londres: Royal Adventure Society, 1996), pp. 3-4.

[RETORNO NOTA 35, PÁGINA 225](#)

Nota 36, página 225: Gustavo L. Ribeiro & Flávia L. Barros, "A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo", cit., pp. 29-30.

[RETORNO NOTA 36, PÁGINA 225](#)

Nota 37, página 226: As fontes para esta afirmação estão dispersas pela literatura sobre turismo e ecoturismo. Cf. para o caso do ecoturismo. Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), Material de divulgação de serviços da Instituição, cit.

[RETORNO NOTA 37, PÁGINA 226](#)

Nota 38, página 226: Scott Lash & John Urry, Economies of Signs and Spaces (Londres: Sage, 1994); John Urry, O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas (São Paulo: Sesc/Studio Nobel, 1996).

[RETORNO NOTA 38, PÁGINA 226](#)

Nota 39, página 226: Ian Munt, "The 'Other' Postmodern Tourism: Culture, Travel and the New Middle Classes", em Theory, Culture & Society, vol. 11, Londres, 1994, recupera tais análises sobre o pós-turismo e nos serve de referência aqui.

[RETORNO NOTA 39, PÁGINA 226](#)

Nota 40, página 227: Apud Ian Munt, op. cit.

[RETORNO NOTA 40, PÁGINA 227](#)

Nota 41, página 227: Ibid., p. 102.

[RETORNO NOTA 41, PÁGINA 227](#)

Nota 42, página 227: Cf. Célia Serrano et. al. (orgs.), Olhares contemporâneos sobre o turismo, cit., para uma discussão mais detalhada das distinções entre turismo e viagem na literatura socioantropológica sobre o fenômeno turístico.

[RETORNO NOTA 42, PÁGINA 227](#)

Nota 43, página 227: As motivações e expectativas dos turistas/ecoturistas apontadas há pouco sugerem uma analogia com algumas das características das viagens do Grand Tour que estão na origem do desenvolvimento do turismo no século XVIII (cf. Margarita Barreto, "O Grand Tour revisitado", em Luiza Neide Coriolano (org.), Turismo com ética (Fortaleza: Uece, 1998).

[RETORNO NOTA 43, PÁGINA 227](#)

Página notas de rodapé

Nota 44, página 229: Para esta reflexão, estaremos partindo das considerações de Néstor G. Canclini, Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995), pp. 51-70.

[RETORNO NOTA 44, PÁGINA 229](#)

Nota 45, página 229: Ibid., pp. 56 e 60.

[RETORNO NOTA 45, PÁGINA 229](#)

Nota 46, página 230: Ibid., p. 68.

[RETORNO NOTA 46, PÁGINA 230](#)

Nota 47, página 230: Ibid., p. 66.

[RETORNO NOTA 47, PÁGINA 230](#)

Nota 48, página 231: Embora nem todos os autores que propõem tal necessidade aceitem o consumo como estratégia (cf. Felix Guattari, As três ecologias (Campinas: Papirus, 1987).

[RETORNO NOTA 48, PÁGINA 231](#)

Nota 49, página 231: Fabio Cascino, "Do turismo convencional ao ecolazer", em Debates Sociambientais, nº 9, São Paulo, 1998.

[RETORNO NOTA 49, PÁGINA 231](#)